

12 – Constituição do júri:

Presidente – Rosa Branco Viana Campelo, técnica especialista de 1.ª classe de dietética do Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo.

Vogais efectivos:

Maria de Fátima Viana da Rocha, técnica especialista de dietética do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.
Dina Maria Belo Matias, técnica especialista de dietética do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.

Vogais suplentes:

Maria Albertina Ferraz Correia, técnica especialista de dietética do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.
António Gomes Pereira, técnico especialista de dietética do Hospital de Sobral Cid, Coimbra.

13 – O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

16 de Junho de 1999. – O Administrador-Delegado, *Américo Fernando Sereno Afonso*.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Aviso n.º 10 833/99 (2.ª série). – Nos termos do disposto no artigo 5.º do capítulo j do Regulamento das Provas de Acesso e dos Concursos da Carreira de Investigação Científica do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, de 27 de Dezembro de 1994, faz-se pública a lista de classificação final do candidato ao concurso para a categoria de investigador principal, na área de toxicologia e nutrição (acta homologada em 18 de Maio de 1999 por despacho do Secretário de Estado da Saúde);

Maria de Fátima Calado Varela Reis – *Aprovada*.

8 de Junho de 1999. – O Director, José Luis Castanheira

Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil

Centro Regional de Lisboa

Aviso n.º 10 834/99 (2.ª série). – Torna-se público que os concursos externos de ingresso para preenchimento de três lugares de assistente de carreira técnica superior de saúde, ramo de física hospitalar, cujos avisos de abertura foram publicados no *Diário da República*, 2.ª série n.ºs 774 a 9, respectivamente de 26 de Novembro de 1998 e de 13 de Janeiro de 1999 ficaram desertos.

28 de Maio de 1999. – O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, no exercício de funções de gestão corrente, *Dionísio Guerreiro*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação

Despacho n.º 12 643/99 (2.ª série). – Considerando que o despacho n.º 7699 (2.ª série) de 26 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 16 de Abril, que aprovou a nova versão do Regulamento de Gestão do POFPE-PESSOA, contém algumas inexactidões no que se refere ao conceito de «escolaridade obrigatória», constante do respectivo glossário;

Considerando que importa proceder à correcção das mencionadas imprecisões;

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 15/96, de 23 de Novembro, conjugado com o n.º 8 do despacho n.º 20 832/98, de 27 de Novembro, determino o seguinte:

1 – O Regulamento de Gestão do Programa Operacional Formação Profissional e Emprego-Pessoa, aprovado pelo despacho n.º 7699/99, de 26 de Janeiro, na parte do glossário respeitante à

definição do conceito de «escolaridade obrigatória», passa a ler a seguinte redacção:

Escolaridade obrigatória

Ensino básico e universal, obrigatório e gratuito. Actualmente abrange todas as pessoas de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, conforme a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro.

A escolaridade obrigatória determina-se em função da data de nascimento dos indivíduos, nos seguintes termos:

Data de nascimento	Escolaridade obrigatória
Até 31 de Dezembro de 1966 ...	4 anos de escolaridade.
Entre 1 de Janeiro de 1967 e 31 de Dezembro de 1980	6 anos de escolaridade.
A partir de 1 de Janeiro de 1981	9 anos de escolaridade.

2 – O presente despacho produz efeitos desde 15 de Setembro de 1998.

22 de Junho de 1999. – O Secretário de Estado do Emprego e Formação, *Paulo José Fernandes Pedrosa*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 12 644/99 (2.ª série). – Por despacho de 31 de Maio de 1999 da secretária-geral-adjunta do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, proferido no uso de competência delegada:

Licenciados José Carlos Tavares da Silva, Isabel Maria Correia Roque de Oliveira Barros, Irene Teixeira Botelho de Jorge Encarnação, Maria do Carmo Mateus Lopes, Francisco da Nóbrega Médicis Rodrigues, Maria Clementina dos Santos Oliveira e Ana Maria Bernardes Pereira da Costa Cruz, assessores da carreira técnica superior do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral de Apoio Técnico à Gestão – nomeados definitivamente, com efeitos a partir da data do referido despacho, precedendo concurso, assessores principais da mesma carreira e do mesmo quadro, considerando-se exonerados dos lugares que ocupam a partir da data do despacho. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Junho de 1999. – O Secretário-Geral, *António Luis Alves Landeira*.

Despacho n.º 12 645/99 (2.ª série). – Por despacho de 3 de Junho de 1999 da secretária-geral-adjunta do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, proferido no uso da competência delegada;

Licenciado João José Calado Lavadinho Mourato, assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral de Apoio Técnico de Gestão – nomeado definitivamente, com efeitos a partir da data do referido despacho, precedendo concurso, assessor principal da mesma carreira e do mesmo quadro, considerando-se exonerado do lugar que ocupa a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Junho de 1999. – O Secretário-Geral, *António Luis Alves Landeira*.

Despacho n.º 12 646/99 (2.ª série). – Por despacho de 1 de Junho de 1999 da secretária-geral-adjunta do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, proferido no uso da competência delegada:

Licenciado Amadeu dos Santos Tracana, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral de Apoio Técnico à Gestão – nomeado definitivamente, com efeitos a partir da data do referido despacho, precedendo concurso, assessor da mesma carreira e do mesmo quadro, considerando-se exonerado do lugar que ocupa a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Junho de 1999. – O Secretário-Geral, *António Luis Alves Landeira*.

Despacho n.º 12 647/99 (2.ª série). – Por despacho de 9 de Junho de 1999 da secretária-geral-adjunta do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, proferido no uso da competência delegada:

Virgínia Maria Pires Abranches da Silva Antunes, Maria Isabel Lopes Lima de Almeida Abade, Maria de Lurdes Gonçalves Moita Saraiva da Rocha e Maria Severina Cruz Veríssimo Mira Roque da Silva,